



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

CONVITE

**SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO À CONTRATAÇÃO, GESTÃO DO PROJETO E GESTÃO DA
MUDANÇA DO PORTAL DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

ÍNDICE

| | |
|--|---|
| Artigo 1.º - Identificação e objeto do procedimento..... | 3 |
| Artigo 2.º - Entidade adjudicante..... | 3 |
| Artigo 3.º - Decisão de contratar e escolha do procedimento | 3 |
| Artigo 4.º – Plataforma eletrónica de contratação | 3 |
| Artigo 5.º - Esclarecimentos, retificações, erros e omissões | 4 |
| Artigo 6.º - Prazo e modo de apresentação das propostas | 4 |
| Artigo 7.º - Documentos que constituem as propostas..... | 5 |
| Artigo 8.º - Apresentação de propostas variantes | 5 |
| Artigo 9.º - Prazo mínimo de manutenção da proposta | 6 |
| Artigo 10.º - Preço anormalmente baixo | 6 |
| Artigo 11.º - Critério de adjudicação..... | 6 |
| Artigo 12.º - Documentos de habilitação | 6 |
| Artigo 13.º - Caução | 7 |
| Artigo 14.º - Comunicações e notificações | 7 |
| Artigo 15.º - Assinatura eletrónica e selos temporais..... | 7 |
| Artigo 16.º - Legislação aplicável..... | 7 |
| ANEXO 1- PROPOSTA DE PREÇO | 8 |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Artigo 1.º - Identificação e objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de apoio técnico à contratação e gestão do projeto “Portal de Serviços da Administração Pública Regional”, nos termos mais bem definidos no caderno de encargos.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores / Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital (DRCTD), sita na Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, 6 - 8º Piso, 9500-119 Ponta Delgada, telefone n.º (+351) 296 206 500 e correio eletrónico DRCTD-info@azores.gov.pt.

Artigo 3.º - Decisão de contratar e escolha do procedimento

- 1 - A decisão de contratar foi tomada pelo Diretor Regional das Comunicações e da Transição Digital a 1/8/2024.
- 2 - O ajuste direto foi adotado ao abrigo da alínea a) do artigo 20.º do RJCPRAA.

Artigo 4.º – Plataforma eletrónica de contratação

- 1 - A participação no procedimento depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt>, adiante designada apenas por plataforma.
- 2 - A entidade adjudicante disponibiliza na plataforma eletrónica de contratação pública, de forma livre, completa e gratuita, as peças do procedimento, a partir da data da publicação do respetivo convite.
- 3 - Quando existam peças procedimentais que não possam, total ou parcialmente, ser disponibilizadas sem restrições de acesso, designadamente por motivos de segurança, são disponibilizadas por outros meios adequados, que devem ser indicados aos interessados.
- 4 - Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do convite, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.
- 5 - O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Artigo 5.º - Esclarecimentos, retificações, erros e omissões

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser apresentados pelos interessados até ao termo do 1/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 2 - Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até termo do 2/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 3 - No prazo referido no n.º 1, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
- 4 - Até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação da proposta o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.
- 5 - Consideram-se rejeitados todos os erros e omissões apresentados que, até ao final do prazo indicado no número anterior, não tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 6 - Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 7 - Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através do endereço de correio eletrónico indicado no artigo anterior.

Artigo 6.º - Prazo e modo de apresentação das propostas

- 1 - As propostas devem ser submetidas na plataforma indicada **Artigo 4.º – Plataforma eletrónica de contratação** até às 23h59 do 5.º dia a contar da data do envio do presente convite.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio através da plataforma.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
- 5 - Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.

Artigo 7.º - Documentos que constituem as propostas

- 1 - A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao RJCPRAA;
 - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com **ANEXO 1- PROPOSTA DE PREÇO**, considerando o seguinte:
 - O preço, que não deve incluir o IVA, é também indicado em algarismos;
 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 - c) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 2 do **Artigo 15.º - Assinatura eletrónica e selos temporais**;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
- 2 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.
- 3 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 8.º - Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Artigo 9.º - Prazo mínimo de manutenção da proposta

O prazo mínimo de obrigação de manutenção da proposta é de 120 dias.

Artigo 10.º - Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 40% ou mais inferior ao preço base.

Artigo 11.º - Critério de adjudicação

- 1 - A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa com avaliação exclusiva do fator preço
- 2 - Em caso de empate na pontuação final das propostas prevalece a que tiver melhor pontuação no fator com maior ponderação e depois o seguinte.
- 3 - Caso ainda se mantenha o empate, será realizado um sorteio em data e modo a fixar.

Artigo 12.º - Documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 3 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e impostos devidos em Portugal;
 - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo.
- 2 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 3 dias úteis destinado ao seu suprimimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Artigo 13.º - Caução

Não aplicável atento o disposto no n.º 2 do artigo 43.º do RJCPRAA.

Artigo 14.º - Comunicações e notificações

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, são realizadas exclusivamente através da plataforma prevista no **Artigo 4.º – Plataforma eletrónica de contratação**.

Artigo 15.º - Assinatura eletrónica e selos temporais

- 1 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 3 - Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
- 4 - Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Artigo 16.º - Legislação aplicável

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e o Código dos Contratos Públicos nas suas atuais redações, e na restante legislação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

ANEXO 1- PROPOSTA DE PREÇO

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por ajuste direto para a aquisição de serviços de apoio técnico à contratação e gestão do projeto “Portal de Serviços da Administração Pública Regional”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço total de ..€ (indicar o valor por extenso)*.

Assinatura do Concorrente/ Representante Legal